

CARTA DO LEITOR: UM ESTUDO DE SUA CADEIA INTERTEXTUAL

Alda Maria Coimbra Aguilar Maciel

Resumo: Através da utilização da proposta metodológica tridimensional concebida por Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992/2007 e 2001), com ênfase em questões sobre a dimensão discursiva do gênero carta do leitor e com especial atenção aos aspectos de sua intertextualidade, uma descrição das condições de produção, distribuição e consumo desse gênero será apresentada. O objetivo desse estudo é contribuir com os estudos linguísticos dedicados ao ensino-aprendizagem de línguas e comprometidos com o letramento e o empoderamento discursivo de agentes sociais.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Intertextualidade. Empoderamento Discursivo. Carta do Leitor.

Abstract: Through the use of the three dimensional methodological approach conceived by Fairclough (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 1992/2007, 2001), with an emphasis on the discursive dimension of the genre letter to the editor and with particular attention to aspects of its intertextuality, a description of its conditions of production, distribution and consumption will be presented. The purpose of this survey is to contribute to language studies devoted to the teaching-learning of languages and committed to the literacy and the discursive empowerment of social actors.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Intertextuality. Discursive Empowerment. Letter to the Editor.

Introdução

Este trabalho discutirá os aspectos de produção, distribuição e consumo de textos escritos e sua trajetória em diferentes contextos sociais. Para realizar essa investigação, o gênero selecionado para análise será cartas dos leitores que trazem opiniões de leitores sobre editoriais veiculados na versão eletrônica do *New York Times*. O principal objetivo desse trabalho será a reflexão sobre a contribuição do arcabouço da Análise Crítica do Discurso como ferramenta para a análise da trajetória de um mesmo gênero em diferentes contextos sociais e as possíveis implicações desse percurso. Assim, o levantamento das condições de produção, distribuição e consumo de textos terá como embasamento teórico alguns dos principais componentes da proposta metodológica tridimensional elaborada por Fairclough

· Instituto de Letras (UERJ) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (CPII), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: coimbra.aldamaria@gmail.com

(1992/2007 e 2001) com ênfase em aspectos que dizem respeito às marcas de intertextualidade. Inicialmente, o modelo de análise será apresentado de forma sucinta. Em seguida, aspectos de produção, distribuição e consumo serão avaliados e as implicações desses aspectos no contexto de ensino-aprendizagem de línguas serão apresentadas. Por fim, será desenhada a cadeia intertextual que se constrói pelo trânsito social do gênero carta do leitor.

O modelo de análise de Fairclough

Para Fairclough (2001, p. 22), “qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Tendo como ponto de partida este conceito tridimensional, três categorias analíticas são estabelecidas: texto, prática discursiva e prática social.

Cumpramos observar que essa separação em três dimensões é meramente para resolver questões de organização do procedimento de análise. Sendo assim, a configuração da apresentação das dimensões não precisa obedecer a uma ordem específica, pois esta não tem interferência nos resultados da análise. Além disso, por vezes, as dimensões podem até se sobrepor. Um outro dado é que, segundo Fairclough (2001, p. 282-283), é provável que “em qualquer análise particular algumas das categorias sejam provavelmente mais relevantes e úteis que outras, e os analistas provavelmente desejam focalizar um número pequeno de categorias”. Tomemos, então, a dimensão da prática discursiva, pois nos interessa aqui analisar a natureza dos processos de produção, distribuição e consumo de textos.

A forma na qual a produção de textos se realiza estará diretamente em consonância com o tipo de discurso que se investiga e sempre se realizará de acordo com fatores sociais. A elaboração e finalização de uma reportagem em uma revista, por exemplo, poderá envolver diversos profissionais de várias áreas tais como, produtores, redatores, fotógrafos, editores, entre outros. Todos eles estarão engajados no processo de produção de um único produto final, direta ou indiretamente.

A distribuição, por sua vez, pode se realizar tanto de forma simples, em um contexto mais imediato, como por exemplo, uma conversa telefônica informal, como de forma mais complexa, por exemplo, um ofício de uma empresa multinacional que tem de ser encaminhado às suas várias filiais em todo o mundo e cujo conteúdo tem de ser difundido em

seus inúmeros setores.

Quanto ao consumo de um texto, fatores sociais também podem exercer influência direta; isto é, textos podem ser lidos, relidos, transcritos, descartados, etc. e essas ações podem se dar de diferentes maneiras, tais como: individualmente ou coletivamente e com interesse parcial ou integral. Além disso, alguns textos também podem gerar ações discursivas, por exemplo, uma consulta médica pode gerar um prontuário que fará parte de relatório que, por sua vez, pode contribuir para gerar estatísticas; ou extradiscursivas, por exemplo, uma carta de demissão, que gera a própria demissão e um bilhete premiado da loteria que gera uma série de eventos, tais como: comemorações, compras, viagens etc. (FAIRCLOUGH, 1992/2007 e 2001).

Ainda quanto à produção e à interpretação de textos, é importante que se reconheça que recursos sociocognitivos são acionados para suas efetivações. De acordo com Fairclough, as dimensões sociocognitivas da produção e interpretação textuais se realizam mediante a conexão entre o conjunto de recursos, por exemplo, normas e convenções, que os participantes discursivos já haviam internalizado e que serão acionados no processamento do texto, “como um conjunto de ‘traços’ do processo de produção, ou um conglomerado de ‘pistas’ para o processo de interpretação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Alia-se a isso a contribuição do contexto, em um sentido menos amplo, como aquilo que “precede (ou segue) em um texto” (ibid., p. 110) na redução da ambivalência. Em uma acepção mais aberta, o contexto também constitui

o que às vezes é chamado o “contexto de situação”: intérpretes chegam às interpretações da totalidade da prática social da qual o discurso é uma parte, e tais interpretações conduzem a predições sobre os sentidos dos textos que novamente reduzem a ambivalência pela exclusão de outros sentidos possíveis. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 110)

Assim, esses recursos compõem um “mapa mental da ordem social” (ibid., p. 112), que constituem uma leitura “das realidades sociais que se prestam a muitas interpretações, política e ideologicamente investidas de formas particulares” (ibid.).

Ainda um outro aspecto de grande importância para a composição dos processos de produção e interpretação é a coerência, que, segundo Fairclough (ibid.), vem a ser uma propriedade de interpretações e não dos textos, uma vez que um texto somente significa algo para “alguém que é capaz de inferir essas relações de sentido na ausência de marcadores explícitos” (ibid., p. 113). Por fim, é importante observar que as tais inferências e conexões podem estar fundamentadas em pressupostos ideológicos e culturais.

Intertextualidade

Para ampliar as considerações sobre a dimensão discursiva, faremos uma breve exposição sobre a intertextualidade. Termo¹ originalmente formulado pela pensadora pós-estruturalista Julia Kristeva (1986 apud CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 119), o conceito de intertextualidade é também utilizado por Fairclough (2001, p. 114) para designar a propriedade que os textos têm “de ser cheios de fragmentos de outros textos”; sendo assim, os textos são intrinsecamente intertextuais. Essas frações podem se apresentar de forma explícita ou não e os textos podem assimilá-las, contradizê-las, ironizá-las ou ecoá-las de forma irônica.

Com relação à produção, a investigação da perspectiva intertextual enfatizará o caráter histórico dos textos, isto é, “a maneira como eles sempre constituem acréscimos às ‘cadeias de comunicação verbal’ existentes (BAKHTIN, 1986, p. 94), consistindo em textos prévios aos quais respondem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). Sendo assim, estabelece-se a “inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história” (KRISTEVA, 1986, p. 39 apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). Isso significa dizer que “o texto absorve e é construído de textos do passado (textos sendo os maiores artefatos que constituem a história)” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 134). Essa historicidade inerente aos textos concede-lhes funções capitais nas mudanças sociais e culturais da sociedade atual, o que reafirma a importância da intertextualidade na análise de discurso.

Ainda no âmbito da produção, são aspectos de alta relevância a limitação, a restrição e o condicionamento sociais estabelecidos por múltiplas relações de poder. Como a teoria da intertextualidade não apresenta instrumentos para elucidá-los, Fairclough sugere a utilização conjugada da teoria da hegemonia.² Essa aliança permitirá

mapear as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica [...] [e] conceituar processos intertextuais e processos de contestação e reestruturação de ordens do discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135)

Com relação à distribuição, essa propriedade ilumina o levantamento de redes

¹ O termo intertextualidade originou-se a partir do conceito central da obra de Mikhail Bakhtin — o dialogismo.

² “[...] modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 28).

relativamente estáveis nas quais os textos se movem, “sofrendo transformações predizíveis ao mudarem de um tipo de texto a outro” (ibid., p. 114). Da consideração dessas transformações, Fairclough estabelece o conceito de “cadeias intertextuais” (*intertextual chains*) como sendo “séries de tipos de textos que são transformacionalmente relacionadas umas às outras, no sentido de que cada membro das séries é transformado em um outro ou mais, de forma regular e previsível” (ibid., p. 166). Sendo assim, o levantamento das sequências intertextuais nas quais um tipo de discurso está inserido é uma forma de explicitar a sua distribuição. Da mesma forma que o estudo das cadeias intertextuais entre os diferentes tipos de textos pode nos trazer um entendimento mais amplo da estruturação social.

Fairclough (ibid.) destaca a importante distinção entre as dimensões³ horizontal e vertical bakhtinianas da intertextualidade. A relação horizontal diz respeito às ligações dialógicas estabelecidas entre um determinado texto e os seus precedentes e sucessores, enquanto elementos de uma cadeia. A relação intertextual vertical diz respeito às ligações históricas “em várias escalas temporais e por vários parâmetros” (ibid., p. 136). À medida que a intertextualidade é investigada, a heterogeneidade⁴ dos textos (estabelecida pela diversidade dos elementos e linhas textuais) se revela apontando para: 1) a complexidade ou simplicidade das relações intertextuais, 2) a evidência ou fusão dos elementos, 3) o emprego ou descarte do tom ou estilo do texto circundante, 4) a integração ou não com “suposições do segundo plano do texto que não são atribuídas a ninguém, por meio da pressuposição” (ibid., p. 137).

Três “modos” (ibid., p. 152) de relações intertextuais podem ser elencados: sequencial (quando acontece uma alternância entre diferentes textos ou tipos de discurso), encaixada (quando acontece uma integração de um texto ou um tipo de discurso dentro da matriz de outro) e mista (quando acontece uma fusão mais complexa e de difícil separação). Também importante para a investigação da intertextualidade é a classificação que distingue entre: a manifesta e a constitutiva (também chamada interdiscursividade). Na primeira, “outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise [...] marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto” (ibid., p. 136). A segunda é a “constituição heterogênea de textos por meio de elementos (tipos de convenção) de ordens do discurso” (ibid., p. 114).

Considerando o consumo, o enfoque da intertextualidade aponta para o fato de que, na realidade, o que molda a interpretação “não é apenas ‘o texto’, nem mesmo apenas os textos

³ Originalmente formuladas por Kristeva (1986).

⁴ Se esta é acentuada em determinado texto, diversos sentidos poderão ser apreendidos simultaneamente, gerando, assim, uma ambivalência de sentido. O objetivo de propiciar várias interpretações para se atingir diferentes consumidores, constituirá “uma outra fonte de ambivalência antecipatória, intertextual” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 138).

que intertextualmente o constituem” (ibid., p. 114); também contam os outros textos que os intérpretes trazem em suas bagagens e que utilizam para realizar o processo de interpretação.

Carta do leitor: considerações sobre sua produção, distribuição e consumo

Produção

Para a produção do gênero carta do leitor do *Times* eletrônico, o missivista necessita de um conjunto de recursos cognitivos tais como: posse de informação prévia sobre o assunto adquirida através da leitura do editorial, alguma fluência em língua inglesa e noção de informática. Com relação aos recursos materiais, o escritor depende de um sistema computacional complexo, do uso de programas de computador e do acesso à rede. Os motivos que levam agentes sociais a redigir cartas para enviá-las aos periódicos são inúmeros, tais como, criticar, sugerir, expressar sentimentos, informar, entre outros.

Esses leitores são informados sobre as normas para a publicação de suas cartas. Além dessas regras, os leitores também são informados sobre a possível edição de suas cartas para torná-las publicáveis. Esse conjunto de normas, bem como a provável edição das cartas, trazem consequências diretas para o procedimento de elaboração e para o produto final das cartas, pois a força da autoria do missivista pode ser censurada pela provável edição que o conselho editorial realiza. Sendo assim, ao selecionar e manipular uma carta do leitor, o referido conselho compartilha da autoria e, portanto, assume o lugar de coautor no discurso.

Quando avaliamos a natureza da relação entre os interlocutores na etapa de produção, neste caso o leitor missivista e o redator, percebemos que esta é uma interação formal de baixo envolvimento afetivo e que estabelece uma relação assimétrica de confronto (LINELL, 1990). Quanto às razões para a edição das missivas, com base em Lefevere (1992), poderíamos ainda pensar em prováveis questões de ordem ideológica, uma vez que “os reescretores adaptam, manipulam os originais, trabalham com alguma extensão e usualmente o fazem vinculados a correntes poéticas e ideológicas dominantes do seu tempo” (LEFEVERE, 1992, p. 8).

Como essas cartas estarão disponíveis para o público em geral, esses consumidores do jornal também exercem papel significativo e devem ser considerados leitores virtuais ou destinatários em potencial. Em decorrência, direta ou indireta, desta pluralidade de destinatários, diferentes escolhas (conscientes ou inconscientes) que contribuam para o

processo interpretativo serão feitas pelo leitor missivista durante o processo de redação do seu texto.

Claro está que tanto a seleção como a edição (ou coautoria) dos textos são características inerentes à produção do gênero carta do leitor. Contudo, como as condições de produção estão direta ou indiretamente atreladas aos processos de distribuição e consumo, podemos questionar se 1- cartas dos leitores não constituiriam mais um instrumento utilizado pelo jornal para, em alguma medida, manobrar as reflexões e, por extensão, de alguma forma, definir as opiniões de seus leitores; 2- a possibilidade de envio de cartas teria como objetivo favorecer um processo velado de retroalimentação, através do qual o corpo de editores obtém informações sobre as opiniões, favoráveis ou não, do público leitor sobre sua linha editorial e 3- o conjunto de cartas não seria unicamente mais um canal através do qual o jornal expõe, de forma disfarçada, as suas próprias ideias.

Distribuição

A primeira versão de uma carta do leitor, ou seja, a original, é distribuída, no caso enviada, pelo missivista apenas para o conselho editorial. Este grupo, após o processo de seleção e edição, será o responsável pela aprovação, que, portanto, inclui a edição. Em seguida, é executada a publicação no jornal, que vem a ser a distribuição ao público em geral.

O acesso às cartas enviadas ao *Times* em sua versão eletrônica exige uma conexão à sua página na *Internet*, que é o suporte desse gênero. Sendo assim, a rede de computadores é o canal através do qual esse gênero é distribuído aos seus leitores. Considerando o perfil dos leitores cujos recursos serão discutidos na seção seguinte, à praticidade que a *Internet* proporciona adicionam-se outras duas características positivas desse periódico: fácil divulgação e amplo alcance. A facilidade de divulgação se deve ao fato de que a veiculação é feita em um idioma, a língua inglesa, considerada uma língua franca, o que facilita a exposição mundial desse periódico. O amplo alcance, por sua vez, deve-se ao fato de que o país de origem do jornal, os Estados Unidos, possui força econômica e política e, portanto, exerce uma forte influência mundial. Quanto à disponibilidade das cartas, todas as missivas, assim como os editoriais que as motivaram, estão disponíveis nos arquivos do *Times* e podem ser examinados sem quaisquer dificuldades ou despesas extras.

Quanto ao tamanho do espaço destinado à publicação de cartas, no *Times*, assim como geralmente acontece em vários jornais nacionais e internacionais, este apresenta uma notável

discrepância se comparado ao tamanho do espaço reservado a outros gêneros jornalísticos. A seção de cartas dos leitores tem um tamanho bem menor que o espaço destinado à publicação de outras matérias, como, por exemplo, de editoriais. Como esse tamanho reduzido obviamente indica que, no contexto desta relação, é o *Times* quem possui autoridade e poder, tal condição faz-nos conjecturar em que medida o público leitor realmente tem espaço de significância e voz na mídia.

Consumo

Como vimos na introdução, Fairclough (1992/2007) afirma que tanto na produção quanto na interpretação de textos, as dimensões sociocognitivas estabelecem as relações entre o material textual e os recursos que foram previamente internalizados e que serão acionados pelos agentes discursivos durante o processo de decodificação do texto.

Sendo assim, para que as cartas⁵ dos leitores sejam interpretadas, seja pelo conselho editorial ou pelo público de leitores, será necessário um conhecimento prévio mínimo sobre o assunto em pauta ou sobre o artigo que as motivou. No caso específico da leitura e interpretação de cartas veiculadas em jornal eletrônico norte-americano, os leitores envolvidos nessa prática social também precisam ter outros recursos pessoais e cognitivos além da capacidade de inferir, realizar conexões, obter informação prévia sobre o assunto e identificar o gênero carta do leitor. Eles também precisam ter conhecimentos razoáveis de língua inglesa e de informática. Para que o consumo se realize, também são indispensáveis: a utilização de um sistema computacional composto de equipamentos físicos e periféricos, o uso de programas de computador e o acesso à Rede.

O consumo de cartas dos leitores pode sofrer a interferência de diversos fatores sociais e, portanto, ser realizado individual ou coletivamente. Além disso, é possível que outros fatores de diversas ordens contribuam para que essas cartas sejam relidas, em voz alta ou silenciosamente, impressas, transcritas, disponibilizadas ou gravadas em mídia eletrônica, enviadas a outros destinatários, em diferentes regiões ou continentes. Finalmente, o consumo poderá suscitar várias ações discursivas ou extradiscursivas tais como, palestras, aulas, conversas informais, debates, elaboração de outros textos de variados gêneros, entre outras.

⁵ Cumpre ressaltar que o conselho editorial interpreta a carta inédita, ou seja, sem edição, e o público leitor interpreta a carta editada pelo conselho editorial.

Carta do leitor: considerações sobre sua produção, distribuição e consumo no contexto de ensino-aprendizagem de línguas

O conjunto de etapas de produção, distribuição e consumo de textos em geral e de cartas dos leitores no contexto institucional do ensino-aprendizagem de línguas é um terceiro ciclo que deve ser considerado uma fase adicional pela qual um determinado texto poderá atravessar. Na etapa de produção, a equipe de ensino, muitas vezes o próprio docente, é o agente que intervém ao realizar a seleção e a manipulação da carta do leitor publicada no jornal. Desse modo, a equipe de ensino, assim como o conselho editorial, opera como coautora, pois seleciona e faz modificações na carta que deseja trabalhar com seus alunos.

Em geral, a seleção é motivada pela temática, isto é, a equipe de ensino pretende discutir com seus alunos em sua sala de aula um determinado assunto e seleciona uma carta para motivar a discussão de acontecimentos atuais de grande repercussão. Um outro motivo para a escolha é o ponto gramatical ou um aspecto lexical que precisa ser ensinado, uma vez que estes estão listados no conteúdo programático das séries escolares. Ainda um terceiro motivo é a questão do gênero, isto é, a carta do leitor é selecionada para que se possa apresentar e desenvolver análises desse gênero em especial. Por fim, a seleção das cartas também pode ser determinada por critérios de outras ordens que são pré-estabelecidos e complementares, tais como sua extensão, curta ou longa, ou seus pontos de vista, contra ou a favor de determinado tema.

Com relação às alterações nas cartas, em geral, os docentes as executam por causa de problemas de ordem material e/ou pedagógica para adaptar o texto aos padrões de impressão da escola ou reduzir as quantidades de papel e tinta utilizados na impressão. As questões materiais podem incluir mudança na configuração gráfica do texto, como, por exemplo, troca nos tipos e/ou tamanhos de caracteres, alteração no espaçamento e/ou no alinhamento dos parágrafos, supressão de destaques, gráficos, imagens, figuras, tabelas e/ou caixas de texto. Em geral, as questões pedagógicas estão relacionadas ao controle do nível de dificuldade dos textos. Estas alterações incluem a inclusão, troca e/ou retirada de trechos, vocábulos, item gramaticais, entre outros.

Quanto à distribuição, assim como para o público em geral, a leitura das cartas pode ser realizada pelos alunos através da própria página do jornal eletrônico. Também existem outras possíveis formas de distribuição que são práticas comuns no contexto escolar, tais como através do uso de: computadores para apresentar o texto armazenado em instrumentos

de mídia, projetores para exibir o texto em transparências ou em fichas, máquinas copiadoras para produzir cópias impressas do texto (prática mais comum) e quadros de giz para transcrever o texto.

Com relação às condições de consumo, os recursos cognitivos, materiais e pessoais do público leitor de cartas do leitor também se fazem necessários e são ativados pelos consumidores no contexto pedagógico. Todavia, existem circunstâncias mais específicas nas quais os consumos do docente e do aluno se efetivam. No que diz respeito às razões que geram o consumo por parte do docente, é fato que muitas vezes o professor lê cartas dos leitores com o propósito de selecionar material para uma tarefa pedagógica. Sendo assim, sua opção de leitura é influenciada por sua prática docente e guiada, direta ou indiretamente, por seu olhar pedagógico. Os alunos, por sua vez, são os consumidores que não participaram das etapas anteriores e, frequentemente, recebem o material de trabalho sem consulta prévia. Apesar de, em princípio, não terem poder de escolha, os alunos poderão se dedicar à leitura do texto em questão. Contudo, algumas vezes e por variados motivos, alguns alunos decidem não participar ativamente da tarefa.

Carta do leitor: sua cadeia intertextual

Através do exame do gênero carta do leitor enquanto prática discursiva, fizemos um levantamento das peculiaridades das etapas de produção / seleção, distribuição e consumo do gênero carta do leitor nos contextos social e pedagógico. Enquanto prática discursiva, a carta do leitor é um gênero⁶ que pertence a uma rede de eventos sociais com os quais estabelece um diálogo contínuo, constituindo, portanto, um processo discursivo. Agora, tendo a análise acima como pano de fundo e sob o olhar da intertextualidade, cumpre delinear a cadeia intertextual, a rede relativamente estável na qual este gênero se insere e se move.

Na Figura 1, a seguir, as células da tabela simulam os elos que representam os eventos sociais, discursivos ou extradiscursivos, da cadeia intertextual da qual o gênero carta do leitor faz parte. Como as cartas dos leitores, em diferentes etapas, constituem os elos enfocados nesta investigação, apresentaremos os agentes responsáveis pela (o) seu / sua:

- produção (**P**),
- distribuição (**D**) e

⁶ A discussão sobre a gênese do gênero carta do leitor foge ao escopo deste trabalho.

- consumo (**C**),

assim como os seus respectivos propósitos de:

- produção (**PP**),
- distribuição (**PD**) e
- consumo (**PC**).

Como as informações na cadeia a seguir são apresentadas de forma concisa, é importante que, para a sua análise, todo o desenvolvimento argumentativo apresentado seja considerado.

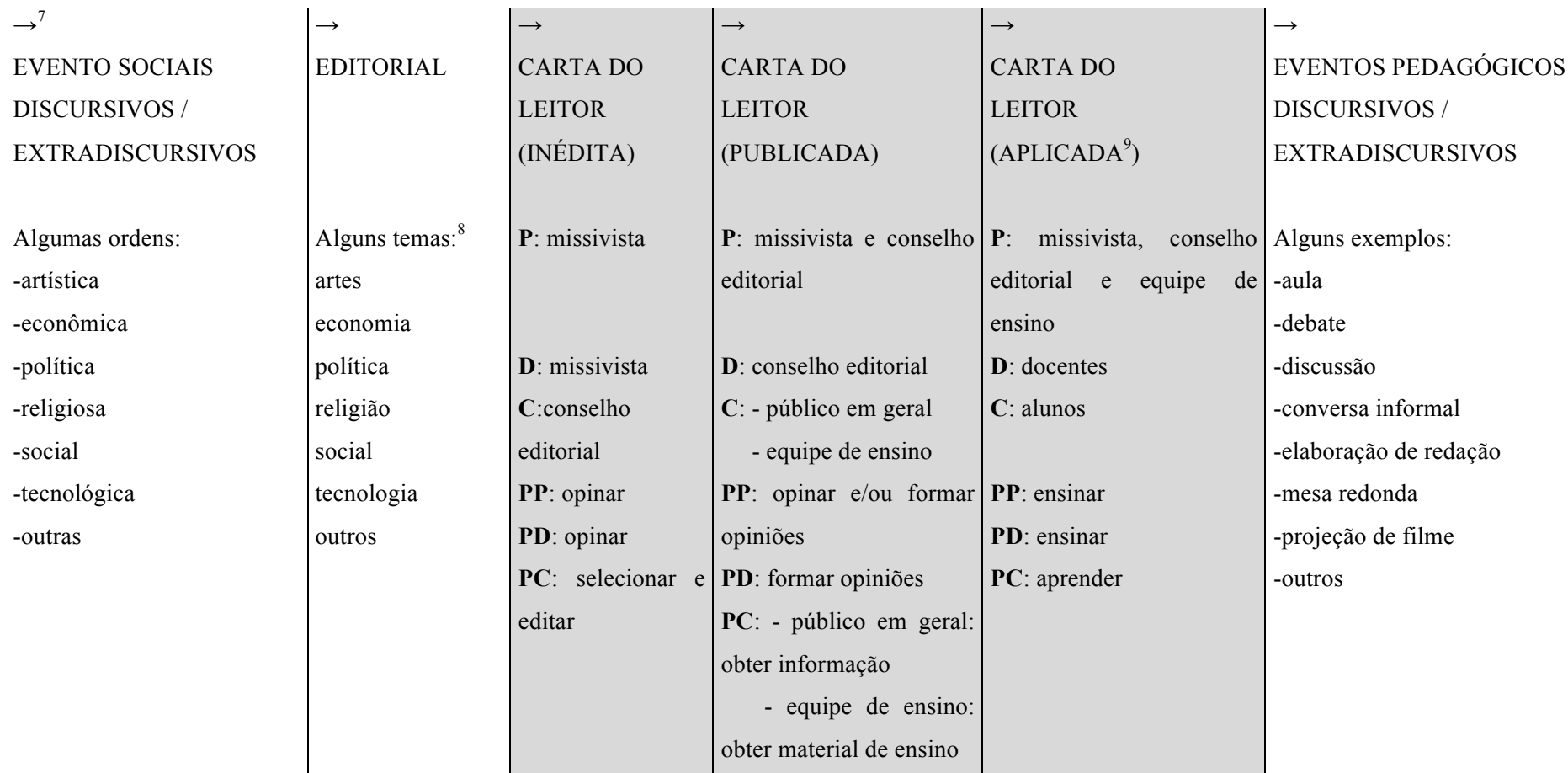


Figura 1- Cadeia intertextual do gênero carta do leitor

⁷ Este símbolo, ao apontar para o elo seguinte, representa o movimento do gênero nos elos da cadeia.

⁸ Estes estão aqui relacionados às ordens dos eventos apresentadas na célula anterior.

⁹ Aplicada ao ensino-aprendizagem de línguas. Dependendo do contexto de aplicação, outros agentes e propósitos serão constituídos. No contexto deste trabalho, por exemplo: **P:** missivista e pesquisadora, **D:** pesquisadora, **C:** acadêmicos e profissionais de educação e ensino, em geral, **PP:** analisar criticamente, **PD:** divulgar análise e **PC:** conhecer análise.

Da análise dos três elos sombreados (carta do leitor: inédita, publicada e aplicada) na figura, podemos observar que, ao se mover na cadeia intertextual, o gênero carta do leitor, sem dúvida, passa por alterações relativas aos seus agentes e propósitos (funções). Além do mais, apesar de ser difícil encontrar material comprobatório disponível, é grande a possibilidade de que os conteúdos e organizações textuais também tenham sido modificados. Embora essas diferenças tenham importância, preservamos a nomeação desse gênero como carta do leitor nos três elos sombreados, pois não constitui o foco deste trabalho particularizar as decorrências dessas variáveis para estabelecer nova nomeação ou classificação. Para finalizar esta reflexão, apresentamos a avaliação de Marcuschi sobre essa questão:

Os gêneros textuais são dinâmicos, de complexidade variável [...] sócio-históricos e variáveis [...]. Por isso é muito difícil fazer uma classificação de gêneros. Aliás, quanto a isso, hoje não é mais uma preocupação dos estudiosos fazer tipologias. A tendência hoje é explicar como eles se constituem e circulam socialmente. (MARCUSCHI, 2008, p. 159)

Considerações finais

Através da proposta metodológica tridimensional concebida por Fairclough, realizamos uma investigação de aspectos da produção, distribuição e consumo de textos escritos, utilizando como exemplo o gênero carta do leitor. O levantamento dessas questões discursivas tem como objetivo contribuir para a análise de marcas sociais presentes no material pedagógico utilizado em atividades de leitura crítica, cujos objetivos sejam o desenvolvimento do empoderamento discursivo de agentes sociais reflexivos.

Um exame sobre a pertinência e a eficácia da utilização de cartas dos leitores, assim como um detalhado estudo das mudanças nas funções e organizações textuais das missivas e suas respectivas consequências, não constituem o foco aqui. Devido à complexidade dessas questões, outro estudo se faz necessário.

Referências

BAKHTIN, M. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992/2007.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

KRISTEVA, J. *The Kristeva reader*. T. Moi (Ed.). Oxford: Blackwell, 1986 apud CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

LEFEVERE, A. *Translations, rewriting & the manipulation of literary fame*. London and New York: Routledge, 1992.

LINELL, P. *The Power of Dialogue Dynamics*. In: MARKOVÀ, I.; FOPPA, K. (Ed.). *The dynamics of dialogue*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1990.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.